

Comunicado de imprensa da FRA
Viena, 17 de outubro de 2018

Ajudar a pôr termo ao flagelo da pobreza infantil na Europa

Atualmente, quase 25 milhões de crianças na União Europeia vivem em agregados familiares com baixos rendimentos, em que as condições de vida são inaceitáveis e a fome é frequente. De acordo com o último relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a inadequação dos sistemas de educação e de cuidados de saúde ameaça os direitos fundamentais das crianças, privando-as de oportunidades de escapar ao ciclo de pobreza.

«A pobreza infantil não tem cabimento na Europa, uma das regiões mais ricas do mundo», afirma o Diretor da FRA, [Michael O’Flaherty](#). «Temos os meios necessários para ajudar a pôr fim às condições deploráveis enfrentadas por um grande número de crianças europeias. É necessário adotar medidas para que a UE e os respetivos Estados-Membros honrem os seus compromissos de defesa dos direitos das crianças para lhes dar um futuro melhor.»

O relatório «[Combating child poverty: an issue of fundamental rights](#)» [Combater a pobreza infantil: uma questão de direitos fundamentais] destaca o facto de uma em cada quatro crianças com menos de 18 anos estar em risco de pobreza ou de exclusão social, em toda a UE. Em alguns Estados-Membros, como a Roménia, esse número sobe para uma em cada duas crianças. Embora todas as crianças possam ser afetadas pela pobreza, alguns grupos, como as crianças de etnia cigana e migrantes, enfrentam um risco ainda maior; um [inquérito levado a cabo pela FRA](#) revelou que mais de 90% das crianças de etnia cigana em nove Estados-Membros vivem em situação de pobreza.

O relatório sublinha o facto de o combate à pobreza infantil estar estreitamente ligado à defesa dos direitos fundamentais da criança. Propõe igualmente medidas que podem ser implementadas pela UE e pelos seus Estados-Membros para resolver esta questão:

- A UE e os seus Estados-Membros devem tornar a legislação e as políticas existentes mais rigorosas, a fim de dar cumprimento às normas jurídicas previstas na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e na Carta Social Europeia. Tal permitir-lhes-á responder de forma mais eficaz ao problema da pobreza infantil.
- Devem atribuir prioridade à proteção de crianças vulneráveis e criar um sistema europeu de garantia para as crianças, tal como proposto pelo Parlamento Europeu, por forma a garantir que todas as crianças têm acesso a habitação, alimentação, cuidados de saúde e educação dignos.
- O financiamento da UE aos Estados-Membros deve estar ligado à existência de planos e medidas para reduzir a pobreza infantil, as desigualdades e a exclusão social das crianças.
- A Comissão Europeia deve incluir a pobreza infantil e os direitos da criança nas suas recomendações específicas por país, na sequência da sua revisão dos orçamentos e das políticas dos Estados-Membros.

- O Parlamento Europeu e o Conselho da UE devem adotar a proposta da Comissão Europeia no sentido de melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos pais e cuidadores, a fim de promover o bem-estar das crianças.
- A UE e os seus Estados-Membros devem melhorar a recolha de dados para ajudar a monitorizar e avaliar os progressos em matéria de erradicação da pobreza infantil e de promoção da inclusão social.

O relatório refere ainda de que forma o pilar europeu dos direitos sociais pode contribuir para garantir que as crianças têm o direito de ser protegidas da pobreza. Os debates sobre a orientação dos fundos da UE prenunciam também uma oportunidade de ajudar as crianças a escapar à pobreza.

Para mais informações, contactar: media@fra.europa.eu / Tel.: +43 1 580 30 642